

mento externo, logo depois) pôde ser articulado, à custa de submissões e concessões gravemente comprometedoras para o país, já a compressão salarial foi possível apenas pela violência policial e pelo desmantelamento sindical estreitando desmedidamente o consumo, e o estancamento do crédito acabaria por arrasar as pequenas e médias empresas, quase todas nacionais, forçando a concentração e a desnacionalização, enquanto a fixação de preços, com destaque na área estatal, tornava essa área subsidiária da indústria estrangeira instalada no país, com graves prejuízos para aquela e sua descapitalização. O regime de força permitia, realmente, a aplicação do arsenal terapêutico que as teorias econômicas dominantes prescreviam, uma vez que o doente não podia protestar e menos ainda subtrair-se ao tratamento. Essa orientação drástica ficou marcada por consequências graves: as empresas estrangeiras tinham possibilidades de crédito, mas não as nacionais: 440 destas foram à falência, em 1966; em 1967, esse número cresceu para 550.

Algum espaço de manobra foi alcançado, para permitir o funcionamento do novo sistema, ainda em vias de montagem: desenvolveram-se esquemas de endividamento extrabancário, ampliou-se o mercado de capitais, por diversas vias — bancos de investimento, fusões de grupos financeiros, abertura de capital de empresas, ativação do movimento de bolsa. As organizações ditas “financeiras” cresceram em importância, aumentou a colocação de títulos da dívida pública com correção monetária, surgiu o esquema financeiro de habitação. Mas foi na legislação que se caracterizou mais nitidamente o sistema; com a reforma bancária, que criou o Banco Central; com a reforma tributária, que criou o Imposto de Circulação de Mercadorias (ICM) e o Fundo de Participação dos Estados e Municípios; com a Lei do Mercado de Capitais, chave para a ampliação do mercado de capitais que assumiu, na fase seguinte, proporções desmedidas. Na primeira etapa, com acabamento na segunda, conseguiu o sistema sucesso no financiamento corrente das empresas restantes, do *déficit* do Governo e do consumo, mas não alcançou sucesso no aumento da taxa de poupança. A essência desse conjunto de normas, medidas e instrumentos estava na separação entre o empresário e o capitalista e, no fundo e principalmente, na associação do capital industrial e comercial ao bancário e estabelecimento do capital financeiro como elemento motor do sistema. Tratava-se, em suma, de articular uma estrutura capitalista eficiente, capaz